

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Fábrica de dinheiro

Depois de tentar contestar a licitação internacional promovida pelo Banco Central para o fornecimento de moedas de R\$ 0,05, R\$ 0,10, R\$ 0,50 e R\$ 1,00, a Casa da Moeda ganhou um round na sessão de abertura da concorrência, realizada na semana passada. Apesar do interesse manifestado por fabricantes de dinheiro de países como Finlândia, Holanda, Chile e Polônia, só houve apresentação de propostas para a fabricação de moedas de R\$ 0,05 e R\$ 0,50.

CARA OU COROA A movimentação do Banco Central para comprar dinheiro de fabricantes estrangeiros irrita a Casa da Moeda há tempos. Uma medida provisória de 2016, do governo Michel Temer, liberou caminho para a importação de concorrentes internacionais.

SOBERANIA A pulverização do segredo industrial do nosso dinheiro pode torná-lo mais vulnerável a falsificações, segundo costuma dizer a Casa da Moeda. A argumentação em defesa da produção interna também passa pela proteção da soberania nacional.

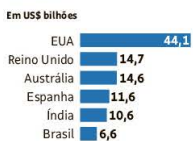
LADOS DA MOEDA A tensão entre a autoridade monetária e a fabricante não para por aí. A Casa da Moeda judicializou um processo contra o Banco Central, mas agora é por outro motivo. Ela alega que ainda falta cobrar R\$ 694 milhões para cobrir custos fixos de um contrato de 2015.

DESTINO Mesmo em situação econômica frágil e com custos altos, o Brasil foi o sexto maior destino de investimentos em projetos de energia renovável em 2018. As aquisições no setor somaram US\$ 6,6 bilhões (cerca de R\$ 26 bilhões no câmbio atual), segundo a consultoria Grant Thornton.

NA TOMADA No mundo, US\$ 253 bilhões (R\$ 997 bilhões) foram investidos no mercado de energia renovável.

ARRISCADO Investidores consideram o Brasil mais arriscado e exigem uma taxa de retorno maior — em torno de 10%. A tendência é que ela caia à medida que apareçam novos projetos em energia, diz Hugo Luna, sócio da consultoria.

Valor de projetos de energia renovável em 2018

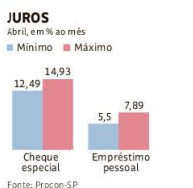


R\$ 253,1 bi no mundo

Fontes: Grant Thornton e Clean Energy Pipeline

com Igor Utsumi e Paula Soprana

INDICADORES



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência abril*

Categoria	Valor mín. R\$ 998	Porcentagem	Valor máx. R\$ 1.167,89
Autônomo, empregador e facultativo	R\$ 998	20%	R\$ 1.167,89
MEI (Microempreendedor)	R\$ 998	5%	R\$ 49,90

Categoria	Valor mín. R\$ 1.751,81	Aliquota
Assalariado	R\$ 1.751,81	8%
De R\$ 1.751,82 até R\$ 2.919,72	R\$ 2.919,72	9%
De R\$ 2.919,73 até R\$ 5.839,45	R\$ 5.839,45	11%

*O prazo para empresas vence no dia 20/05 e, para pessoas físicas, vence em 15/05

FESTA DA COLÔNIA Um dos principais destinos turísticos do país, a Serra Gaúcha se anima diante da chance de receber R\$ 200 milhões para um aeroporto regional pelo Fundo Nacional da Aviação Civil. O empreendimento no distrito de Vila Oliva, próximo a Caxias do Sul, pode atender 53 municípios.

CUCA E CHIMARRÃO Ronei Glanzmann, chefe da Secretaria de Aviação Civil, recebeu empresários da região na semana passada e apresentou anteprojeto de lei para o terminal, que prevê parceria privada com governo do estado e prefeitura de Caxias do Sul.

GEADA Os estudos começaram em 2014, depois que a expansão do atual aeroporto de Caxias foi declarada inviável. A possibilidade chama a atenção de empresários que pleiteiam, há duas décadas, um aeroporto em Canela.

LAJE A escassez de novos prédios de escritório em São Paulo levou empresas a alugar espaços menores e, em geral, em imóveis onde já ocupam uma laje, segundo a plataforma de dados imobiliários Silla.

MIGRAÇÃO No primeiro trimestre, que costuma ser movimentado no setor, cerca de 42 mil m² foram alugados em escritórios de alto padrão. Grande parte dos inquilinos não se expandiu e só trocou de endereço. Ao final de março, a taxa de vacância era 20,8%, a mesma do trimestre anterior.

NABOLEIA Não é só para grupos de WhatsApp sobre greve que os caminhoneiros usam seus celulares. A Raizen otimizou a gestão da oferta de combustível nos postos com um aplicativo para caminhoneiros que carregam nos 67 terminais da empresa.

CHECK-IN Criou com a CI&T uma solução de check-in de caminhão, que baixou em 47% o volume de ligações à central.

CONECTADOS Segundo a empresa, o app viralizou entre os motoristas, que informam a demanda via smartphone. "Ajuda em uma dinâmica do mercado nervoso que é o Brasil pós-greve", diz Fabio Motta, vice-presidente na Raizen.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Aliquota, em %	Isento	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98			
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5		142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15		354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5		636,13
Acima de 4.664,68	27,5		869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Empregado	De 8% a 11%	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	8%	97,28	642,34
Empregador	20%	243,20	1.167,89

*O prazo para o patrão da doméstica vence no dia 07/05. A guia de pagamento dos patões inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário

Sebrae prepara vacina contra facada prometida por Guedes no Sistema S

Ministério da Economia prevê corte de até 50% nos repasses às entidades, que pretendem questionar na Justiça a intervenção

Mariana Carneiro e Julio Wiziack

BRASÍLIA O novo presidente do Sebrae, Carlos Melles, decidiu aderir à agenda do Ministério da Economia para evitar um corte de até 50% das contribuições que financiam o Sebrae — cujo orçamento, neste ano, é de R\$ 3,39 bilhões.

Sua ideia é apresentar ao governo, em até 90 dias, um contrato de gestão elaborado pelo próprio Sebrae. Detalhando os serviços prestados pela entidade e os custos.

Prete, com isso, evitar a imposição de um contrato elaborado pelo Ministério da Economia sobre a entidade.

Além disso, Melles mapeia o perfil do governo sem fontes de financiamento e que poderão ser patrocinadas pelo Sebrae. Uma delas é um projeto de qualificação de jovens "nem nem" (que não estudam nem trabalham), do Ministério da Cidadania.

Ex-deputado federal pelo DEM, Melles afirma que o Sebrae entendeu a nova ordem dos tempos e vai se adaptar.

"Nós estamos nos antecipando porque vai que amanhã ou depois o ministro toma a decisão [de cortar o financiamento]?", disse. "O sistema S como um todo ainda não percebeu isso, o Sebrae percebeu".

O Ministério da Economia já sinalizou às entidades do Sistema S que as não alinhadas às políticas do governo poderão ter suas fontes de receita cortadas pela metade.

Uma redução menor, de 30%, pode atingir as que aceitem financiar parte das políticas do governo por meio da assinatura de contratos

de gestão.

Melles indicou que pretende, com a iniciativa, reduzir ainda mais a facada prometida pelo ministro Paulo Guedes (Economia).

"Não me preocupo com a receita, ela virá se eu provar a importância do que fazemos", afirmou.

As demais entidades do Sistema S, como as confederações patronais da indústria, comércio e agropecuária — CNI, CNC e CNA, respectivamente — argumentam que os recursos são privados, pois são recolhidos das empresas e irrigam as entidades que as representam.

Dessa maneira, o governo não poderia decidir cortes e nem a aplicação da verba. Caso prospere o avanço sobre seu caixa, alguns dirigentes dessas entidades prometem recorrer à Justiça para manter o atual financiamento.

A maior parte das receitas do Sistema S (67%) provém de contribuições de empresas sobre a folha de pagamento e que são repassadas às entidades pela Receita Federal.

Melles chegou à presidência do Sebrae em abril, com apoio de Guedes, após uma disputa travada nos últimos meses contra as entidades — CNI, CNC e CNA fazem parte do conselho de administração do Sebrae.

Além dele, Guedes indicou Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira para a presidência do Conselho Nacional do Sesi (vinculado à CNI) e Antônio Alvarenga para o Sebrae RJ.

Por meio do TCU (Tribunal de Contas da União), o ministro patrocina a revisão da eleição na CNC, ocorrida no ano passado. Dessa maneira, Gue-



“O governo fala em caixa-preta e você não fala nada? Não pode ficar sem resposta. A nossa ordem aqui é ‘não vem falar de caixa-preta não que demonstramos’”

Carlos Melles
Presidente do Sebrae

des vem aparelhando conselhos que gerenciam a verba do Sistema S.

A ideia é ter mais controle sobre os gastos dessas entidades, além de reduzir o seu tamanho.

A avaliação é que o Sistema S, responsável pelas redes Sesc, Senai, Senac e Sesi, é uma caixa-preta e usa recursos em atividades que fogem à sua vocação original, da educação profissional.

Melles está tomando distância das demais entidades. "O governo fala em caixa-preta e você não fala nada? Não pode ficar sem resposta. A nossa ordem aqui é 'não vem falar de caixa-preta não que demonstramos'", disse.

“O novo presidente do Sebrae disse que divulgará dados sobre o financiamento do Sebrae e diz que contraria o conselho de administração, de organizações como Accenture e Dom Cabral, para auxiliar na elaboração do contrato de gestão com o governo.”

“Nós queremos saber que tipo de contrato de gestão satisfará o governo com esse dinheiro que não é público mas que temos que prestar contas”, afirma Melles.

Segundo ele, o Sebrae pode oferecer ao governo a capilaridade que já tem atuando em diferentes cidades do país na formação de gestores. Conversas iniciais começaram a ser feitas com o Ministério da Saúde e com o governo do Estado de Goiás com foco na administração de hospitais.

“Vamos apresentar o nosso contrato de gestão ao governo e vamos cumpri-lo. Se as outras entidades não seguirem o nosso exemplo será uma perda de tempo”, afirmou.

Especialistas questionam eficácia de medida contra burocracia e veem risco de judicialização

Filipe Oliveira

SÃO PAULO A medida provisória da Liberdade Econômica, assinada pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), trata de temas que estão fora do campo de competência do governo federal e outros que dependem de regulamentação adicional para vigorar.

Na prática, especialistas afirmam que a medida vai enfrentar desafios para cumprir o objetivo de melhorar o ambiente de negócios no Brasil e apontam ainda o risco de maior judicialização entre empresas.

“O texto proposto pelo governo federal contempla princípios gerais que devem ser seguidos na relação entre estado e empresas para diminuir a burocracia. As mais destacadas são a dispensa de autorização de funcionamento para empresas de baixo risco, aprovação automática para funcionamento, caso o Estado não cumpra o prazo, e liberdade de definição de preços.”

A MP trata também de temas que dependem de regulamentação adicional e que estão fora do campo de atuação do poder federal. Regras e prazo de licenciamento de empresas, por exemplo, são atribuições de municípios, diz Mário Nogueira, sócio do NHMF advogados.

Um exemplo de boa ideia que ainda precisa ser discutida, na avaliação de Nogueira,

“+ PONTOS DA MP Atividade de baixo risco não necessita de autorização pública”

“É permitido ter atividade econômica em qualquer horário, respeitando regras sobre silêncio”

“Empresário tem boa-fé até que se prove o contrário”

“Se o governo não cumprir prazo de autorização de um negócio, é dada autorização tácita”

“Arquivos digitais podem substituir os de papel”

regulamentação seja editada no menor prazo possível”, diz.

Há, porém, entre as medidas, pontos que podem tornar mais complexas disputas entre empresas.

Osny da Silva, professor da FGV Direito SP, aponta que uma mudança no Código Civil trazida pela MP prevê que, em caso de dúvida na interpretação de um contrato, quem não escreveu o trecho questionado terá sua versão favorecida pelo Judiciário.

Segundo ele, isso levará a uma disputa com sucessivas análises de minutos e trocas de mensagens para descobrir quem escreveu cada coisa.

Renata de Abreu Martins, sócia do Siqueira Castro e que considera a MP no geral positiva, diz que a alteração deve levar empresas a serem mais rigorosas na elaboração dos contratos. Porém também pode levar a judicialização pelo fato de o texto da MP ser muito aberto a interpretações.

“Até que ponto um contrato gera dúvida ou não?”

“Virão muitas disputas baseadas nesse argumento [de que uma das partes não redigiu determinado trecho do contrato]”, avalia Fabiana Fagundes, sócia do BMA.

Já Mário Nogueira, do NHMF, afirma que a premissa é positiva, pois incentiva que as duas partes entrem na negociação com o objetivo de tornar a redação do contrato mais participativa possível.